



Presidentes das comissões serão definidos após dia 18

Líderes partidários se mobilizam para indicar nomes de integrantes e dirigentes das comissões permanentes do Senado; até agora, foram decididos apenas os presidentes dos dois principais colegiados: a CCJ, com Vital do Rêgo, e a CAE, com Lindbergh Farias

Genaldio Magalhães/Agência Senado



Senadores votam projeto na Comissão de Educação em dezembro do ano passado: líderes se movimentam para indicar nomes que presidirão comissões

A partir do dia 18, segunda-feira após o Carnaval, os líderes partidários decidirão os nomes dos novos dirigentes das 11 comissões permanentes para 2013 e 2014. Alguns partidos já lançaram seus nomes, mas a decisão depende de acordo. Normalmente, as indicações são confirmadas em votações. Até o momento, é certo apenas que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) será presidida por Vital do Rêgo (PMDB-PB) e que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) terá à frente Lindbergh Farias (PT-RJ). O PMDB, que possui a maior bancada, também tem interesse em presidir as Comissões de Educação e de Assuntos Sociais. **3**

Votações do Orçamento, royalties e critérios do FPE e ICMS desafiam senadores 2

Jucá apresenta emenda para facilitar desoneração de tributos **4**

Requião quer desenvolvimento do Brasil ligado ao da América Latina **4**

Criação de ombudsman no Senado é elogiada por Pedro Simon **2**

Benefício para zonas de exportação vai ao Plenário

Projeto amplia para 40% parcela de produção que as ZPEs poderão destinar ao mercado interno. Senadores por São Paulo, Rio de Janeiro e Amazonas temem efeitos em seus estados. **4**

Marcia Kalume/Agência Senado



Waldemir Barreto/Agência Senado



Projeto de Lidice passará pelo Plenário após recurso capitaneado por Aloysio

Como faço para visitar o Senado?

Fique sabendo



Acesse o QR-Code acima ou www.senado.leg.br/senado/visitavirtual para fazer a visita virtual ou dirija-se à Praça dos Três Poderes, em Brasília, para fazer a visita guiada

Programa Visite o Congresso é Senado Transparente

O Programa Visite o Congresso é uma parceria entre o Senado Federal e a Câmara dos Deputados para promover visitas guiadas. Gratuita e aberta ao público, a visita ocorre diariamente, inclusive aos sábados, domingos e feriados. Para mais informações, acesse www.senado.leg.br/senado/visite



Agenda legislativa traz desafios aos senadores

Na retomada após o Carnaval, parlamentares terão de votar o Orçamento e questões polêmicas, como royalties e critérios para o FPE e o ICMS

A RETOMADA DAS atividades legislativas após o Carnaval vai ser marcada por debates e votações de temas polêmicos. O primeiro desafio já tem data marcada: a votação do Orçamento de 2013, prevista para 19 de fevereiro.

Investimentos de R\$ 196,9 bilhões estão previstos para este ano no projeto de Lei Orçamentária da União (PL 24/12). A votação, entretanto, esbarra na resistência de alguns parlamentares em desvincular a análise do projeto dos mais de 3 mil vetos presidenciais que aguardam exame do Congresso.

O impasse vem desde o ano passado e está relacionado a divergências sobre mudanças no sistema de distribuição dos royalties do petróleo.

Depois de aprovada pelo Congresso, a proposta (Lei 12.734/12) foi vetada parcialmente (Veto 38/12) pela presidente da República, Dilma Rousseff, a fim de preservar os contratos em vigor e as receitas dos estados produtores.

Parlamentares de estados não produtores tentaram votar a derrubada do veto. No



Entre as definições que o Plenário precisa buscar, está a ordem para apreciar os 3 mil vetos presidenciais ainda sem análise

entanto, liminar concedida pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux determinou que os vetos pendentes fossem analisados em ordem cronológica, impedindo que o veto ao projeto dos royalties fosse analisado antes dos demais.

Medidas provisórias

Após o Carnaval, os parlamentares precisam instalar comissões mistas (deputados e senadores) para analisar medidas provisórias enviadas pelo governo.

Entre elas, estão a MP 589/12, que autoriza estados e municípios a parcelar débitos relativos a contribuições previdenciárias; a 590/12, que amplia os beneficiários do Brasil Carinhoso; a 592/12, que destina à educação os royalties decorrentes da

exploração futura de petróleo; e a 595/12, com novo marco regulatório para os portos.

FPE

Também aguarda desfecho a alteração dos critérios de distribuição do Fundo de Participação dos Estados (FPE). As regras atuais foram consideradas inconstitucionais pelo STF, que deu até 31 de dezembro de 2012 para que o Parlamento encontrasse uma nova fórmula. Os senadores, todavia, não chegaram a acordo.

Diante da indefinição, e para impedir o caos nas finanças dos estados, o presidente em exercício do STF, Ricardo Lewandowski, decidiu em janeiro que a regras atuais deverão valer por mais 150 dias.

Esses critérios dão tratamento preferencial às Regiões Centro-Oeste, Norte e

Nordeste, que recebem 85% do total, ficando 15% para estados do Sul e do Sudeste.

Educação

O Plano Nacional de Educação (PNE), previsto no PLC 103/12, é outra proposição a ser analisada pelos senadores. Enviado pelo Executivo à Câmara em 2010, o projeto previa a ampliação de investimentos no setor para até 7% do PIB. Os deputados aprovaram 10%.

No final do ano passado, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou que a atualização do plano é uma "questão de vida ou morte para o futuro do país".

Código Penal

A análise da reformulação do Código Penal (PLS 236/12) também será uma das prioridades. O senador Eunício

Oliveira (PMDB-CE), presidente de comissão especial responsável por examinar a proposta, informou que vai realizar audiências públicas nos estados, em março e abril, de forma a concluir os trabalhos até o fim de maio, para que a proposta seja enviada ao Plenário no início de junho.

O texto já recebeu mais de 30 mil sugestões, principalmente de organizações da sociedade civil e de entidades da área jurídica. Os senadores apresentaram até agora cerca de 350 emendas.

ICMS

Ainda pendente para 2013 está a tentativa de mudar o sistema de arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). As regras atuais, que têm gerado a chamada guerra fiscal entre os estados, podem ser alteradas por projeto de resolução do Senado (PRS 1/13), que está na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O governo quer a unificação da alíquota em 4% ao longo de 12 anos e busca o apoio dos governadores. Para compensar os estados que perderem arrecadação com a alíquota única, o governo editou, no fim de 2012, a MP 599/12.

A medida prevê recursos de R\$ 296 bilhões para compensar as perdas dos estados, entre 2014 e 2033.

Ombudsman também é proposto por Simon

A criação da atividade de ombudsman — implementada dia 1º pelo Ato do Presidente 4/13 — para avaliar a cobertura jornalística dos veículos do Senado é tema de duas propostas em tramitação: o Projeto de Resolução do Senado (PRS) 96/09, sobre reforma administrativa, e o PRS 18/11, de Pedro Simon (PMDB-RS).

Em nota, Simon afirma que a iniciativa do Senado tomou por base o projeto dele, o que representa um avanço em termos de transparência. Apesar de elogiar a criação do cargo, ele discorda da regra que determina a escolha do ombudsman entre os servidores



Senador discorda que o cargo seja ocupado por um servidor da Casa

da Casa. Isso poderá, na opinião dele, limitar a isenção na atividade.

— Não é o ideal. Ser um funcionário do Senado tira dele a autonomia que deveria ter — argumentou o senador.

Ombudsman é uma palavra sueca que quer dizer

representante do povo e é usada para designar o cargo de ouvidor-geral. No jornalismo, é o profissional responsável por fazer crítica interna e por receber, avaliar e encaminhar sugestões da sociedade.

A Secretaria Especial de Comunicação Social (Secs) divulgará como a população poderá se manifestar por e-mail, telefone e redes sociais. O servidor indicado deve exercer a função por até dois anos, sem recondução ao cargo.

O Senado tem também o cargo de ouvidor — um senador que atua de forma mais ampla que o ombudsman e pode sugerir mudanças institucionais.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Sessão para debates

9h A sessão é não deliberativa, sem votação de projetos, destinada a pronunciamentos de senadores.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 9h, segundo prioridade estabelecido pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portela
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário: Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burtle
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão
Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep)

Partidos se mobilizam por presidência de comissões

Dos 11 colegiados permanentes do Senado, só CCJ e CAE já têm presidentes certos; nomes para outras comissões foram lançados, mas só serão escolhidos a partir do dia 18, após acordo entre líderes

OS LÍDERES DOS partidos decidirão a partir do dia 18 as indicações para as presidências das comissões do Senado para o período 2013-2014.

Até o momento, estão certas as indicações de Vital do Rêgo (PMDB-PB) para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e de Lindbergh Farias (PT-RJ) para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

No caso das outras nove comissões permanentes, o quadro é incerto. Sempre que há acordo, a indicação dos líderes costuma ser confirmada nas votações. No entanto, não é impossível que se registrem embates entre candidatos.

Maior bancada do Senado, o PMDB já manifestou interesse em presidir as Comissões de Educação (CE) e de Assuntos Sociais (CAS). O líder do partido, Eunício Oliveira (CE), anunciou os nomes de Ricardo



Vital do Rêgo estará à frente da CCJ



Lindbergh Farias presidirá a CAE

Ferraço (PMDB-ES) para a primeira e de Waldemir Moka (PMDB-MS) para a segunda.

Mas o PMDB ainda poderá negociar com o PT, uma vez que os petistas pleiteiam colocar Ana Rita (ES) no comando de uma dessas comissões ou então da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), segundo o líder do PT, Wellington Dias (PI).

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) deverá ser

presidida por Fernando Collor (PTB), se for confirmada a indicação anunciada pelo líder do PTB, Gim (DF).

Para a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), foi indicado Benedito de Lira (PP-AL). A comissão também é reivindicada pelo PDT, que indicou Zeze Perrella (MG).

O PSDB já anunciou a indicação de Cyro Miranda (GO), que poderá presidir a Comissão de Relações Exteriores (CRE).

Líder do PMDB, Eunício promete combater desigualdade regional

O novo líder do PMDB e do Bloco da Maioria no Senado, Eunício Oliveira (CE), agradeceu por sua indicação e colocou-se à disposição de todos os entes federativos para trabalhar por um “desenvolvimento igualitário” e pela diminuição das desigualdades regionais e sociais.

Eunício enumerou como diretrizes de seu mandato: a simplificação do sistema tributário, a aplicação transparente e eficaz dos impostos, o fortalecimento e a modernização da infraestrutura nacional, o aperfeiçoamento permanente da gestão pública e a ética na administração pública.

Também se comprometeu a trabalhar por marcos regulatórios claros e estáveis e agências reguladoras eficientemente instrumentadas; legislação trabalhista justa; educação, saúde e segurança públicas



de qualidade; e equilíbrio harmônico entre os Três Poderes.

— Agradeço ao PMDB, partido ao qual sou filiado há mais de 40 anos. Essa missão é mais um desafio, e não será fácil. Além das várias matérias importantes que estão na pauta do Senado e do Congresso, precisaremos responder às dificuldades cotidianas de um mundo que vive no fio da navalha desde a crise econômica de 2008 — disse.

Suplicy faz balanço dos últimos dois anos no Senado

Na apresentação do relatório das atividades como parlamentar nos últimos dois anos, Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que sua atuação sempre foi reconhecida pelos jornalistas e internautas que votam nos melhores senadores do ano, no site *Congresso em Foco*. O senador fez o balanço na quarta-feira e ontem.

Entre suas principais propostas, citou o PDS 297/11, que amplia a consulta plebiscitária à população de todo o país para a criação de novos estados e à população do estado em caso de novos municípios. Também destacou o PLS 711/11, que institui a Política Nacional de Proteção aos Direitos da Pessoa com Doença Rara, e o PLS 280/12, sobre a prestação de contas sobre o financiamento das campanhas eleitorais em



tempo real pelos candidatos, partidos e coligações.

Suplicy registrou que subiu à tribuna do Plenário 158 vezes em 2011 e 155 vezes em 2012, para tratar de temas que considera importantes para seus eleitores, para São Paulo e para o país.

O senador tem ainda ministrado palestras no Brasil e no exterior sobre a Lei 10.835/04, de sua autoria, que institui a renda básica da cidadania.

Ana Rita parabeniza PT por aniversário



Ana Rita (PT-ES) saudou o PT pelos 33 anos de fundação, a serem completados no domingo. Ela traçou um histórico do partido, que nasceu dos sindicatos, movimentos sociais e organizações de esquerda.

A senadora destacou a importância da vitória do ex-presidente Lula nas eleições de 2002 e a continuidade representada pela eleição da presidente Dilma Rousseff.

— São anos de incontestáveis avanços para o país e seus trabalhadores. Nesse tempo, cerca de 40 milhões de pessoas saíram da miséria. Provamos que o PT é bom de governo, que tem compromisso com o desenvolvimento econômico aliado ao social, sem perder de vista a sustentabilidade ambiental e o novo olhar para a pessoa humana — disse.

Capiberibe: PSB quer ser alternativa ao PT e PSDB



João Capiberibe (PSB-AP) anunciou ontem o plano de trabalho político de seu partido para este ano. A ideia é percorrer os estados para discutir um novo pacto federativo.

Segundo ele, a proposta foi definida pela cúpula do PSB com o governador de Pernambuco e presidente da legenda, Eduardo Campos. Também serão propostas ações para retirar mais rapidamente os pobres da dependência de programas assistenciais.

— O que o PSB quer fazer em 2013 é um esforço para consolidar o seu crescimento e sintonizá-lo com os anseios da sociedade, que começa a ver no PSB uma alternativa ao PT, PMDB e PSDB, legendas que desde os anos 90 dominam a cena política nacional, com políticas públicas que se esgotaram — disse.

Dia Nacional da Luta dos Povos Indígenas é lembrado por Paim

Em discurso em homenagem ao Dia Nacional da Luta dos Povos Indígenas, comemorado ontem, o senador Paulo Paim (PT-RS) disse que a data serve para lembrar outras lutas dos brasileiros.

— É o dia de homenagear todos aqueles que lutam pela liberdade, pela igualdade, por direitos humanos e por oportunidade a todos — afirmou.

A comemoração é fruto de lei federal (Lei 11.696/08), de iniciativa de Paim, e o dia 7 de fevereiro foi escolhido por ser



a data da morte do índio Sepé Tiaraju, martirizado em 1756, no Rio Grande do Sul, na Guerra Guaranítica, contra os espanhóis e os portugueses.

Paim homenageou também Eloi Araujo, presidente da Fundação Palmares, criada para reforçar a cidadania dos negros no país.

Paim informou ainda que será realizada, em 6 de março, em Brasília, marcha pelo reajuste dos aposentados, fim do fator previdenciário e jornada de 40 horas, entre outras reivindicações.

Para Souza, criação de mais 4 TRFs facilitaria acesso dos cidadãos à Justiça

Sérgio Souza (PMDB-PR) defendeu a criação de mais quatro Tribunais Regionais Federais (TRFs). Isso poderia ser feito, segundo ele, com a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição 29/01, que já passou no Senado e agora tramita na Câmara (como PEC 544/02).

Na opinião do senador, a PEC, que cria tribunais federais na Bahia, em Minas Gerais, no Amazonas e no Paraná, facilitaria o acesso dos cidadãos ao Judiciário, o que favoreceria principalmente



os mais pobres, já que 80% dos processos são de natureza previdenciária.

— Só existem cinco TRFs no Brasil: [com sede] no Rio Grande do Sul, em Brasília, em São Paulo, no Rio de Janeiro e no Nordeste. Seria necessário ao menos mais quatro para descentralizar

a aplicação da justiça e dar celeridade necessária às ações — argumentou.

Souza citou como exemplo a situação de um cidadão do Acre, que precisa se deslocar até Brasília para dar andamento a seu processo na segunda instância.



Zonas de processamento de exportação, como a de Ilhéus (BA), ainda não foram instaladas. Poderiam vender dentro do país só 20% do que produzem

Reprodução/Pimenta.blog.br

Recurso impede envio à Câmara de texto sobre zonas de exportação

Projeto aumenta destinação ao mercado interno para até 40% da produção das regiões beneficiadas. Senadores de São Paulo, Rio de Janeiro e Amazonas, contrários à ideia, alegam que novas regras causariam reflexos à economia nacional como um todo

A DEFINIÇÃO DE regras mais flexíveis para as zonas de processamento de exportação (ZPEs) será analisada no Plenário antes de seguir para a Câmara, devido a recurso apresentado quarta-feira, após a aprovação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que encerraria a tramitação no Senado. O recurso tem como primeiro subscritor Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e conta com o apoio unânime das bancadas paulista e amazonense e ainda de dois senadores fluminenses. Também assina a proposição Armando Monteiro (PTB-PE), ex-presidente da Confederação Nacional da Indústria.

O projeto (PLS 764/11), apresentado por Lídice da Mata (PSB-BA) e aprovado na CAE como substitutivo de Jorge Viana (PT-AC), pode permitir, entre outras medidas, que empresas instaladas em ZPEs destinem ao mercado interno até 40% da produção. Hoje, as ZPEs, que ainda não saíram do papel,

só têm permissão para vender dentro do país 20% do que produzem. Ou seja, no modelo vigente, 80% devem ser obrigatoriamente exportados.

Mesmo sem dispensar o pagamento de tributos sobre a parcela da produção que for direcionada para o mercado interno, o projeto causa apreensão aos estados mais industrializados, especialmente São Paulo e Rio de Janeiro. A preocupação se estende ainda ao Amazonas, por conta de temidos efeitos sobre a Zona Franca de Manaus.

Impactos amplos

Na justificativa do recurso, os autores alegam que os impactos das novas regras seriam amplos, trazendo “reflexos à economia nacional como um todo”. Além disso, os senadores contrários ao projeto salientam que há no momento uma vasta legislação beneficiando diversos setores exportadores e que esses estímulos não foram levados em

conta quando ocorreu a aprovação do projeto na CAE.

“É preciso avaliar com mais segurança e cuidado os reflexos da matéria aprovada e seus impactos nas medidas já tomadas. Para tanto, julgamos que a apreciação em Plenário é indispensável, para que os senhores senadores que não sejam membros da CAE possam tomar conhecimento dos efeitos nos seus respectivos estados”, argumentam na justificativa.

Agora será aberto prazo para emendas ao projeto perante a Mesa, que se prolongará pelo período correspondente a cinco sessões plenárias. Em princípio, o prazo para emendas deve se estender até o dia 15. Caso sejam registradas emendas, o projeto deverá voltar às comissões anteriores, para que as sugestões sejam analisadas. O recurso, portanto, pode significar que o projeto ainda seguirá um longo percurso no Senado.

Viana se queixa de preço de passagens aéreas

Jorge Viana (PT-AC) cobrou melhorias nas condições de transporte aéreo, ressaltando a dificuldade da população em obter passagens aéreas a preços acessíveis, situação observada principalmente em feriados.



Waldemir Barreto/Agência Senado

O senador contou que desde novembro tem tido dificuldades para obter passagem no trecho Brasília-Rio Branco-Brasília, que chega a custar R\$ 7 mil. Ele lembrou que já foram realizadas audiências públicas com os representantes das companhias e autoridades do setor para discutir a desproporção no preço das passagens.

Para ele, transporte aéreo na Amazônia “não é luxo, mas serviço de primeira necessidade”, já que a região é marcada pelas grandes distâncias entre as cidades.

Ana Amélia quer limite para importações da Ásia

Ana Amélia (PP-RS) alertou para a “invasão” dos produtos asiáticos no mercado brasileiro. As mercadorias vêm da China, da Coreia do Sul, da Indonésia e da Tailândia.



Waldemir Barreto/Agência Senado

A senadora afirmou que a “concorrência desleal” está causando o “sufocamento” de muitas indústrias brasileiras, com o fechamento de empresas e a perda de empregos. Seria o caso do setor de autopeças, um dos mais afetados, e da indústria calçadista do Rio Grande do Sul, a “primeira vítima” da invasão, segundo a senadora.

— Até quando nosso mercado será o paraíso para os produtos asiáticos? Não é a hora de exigirmos cláusulas sociais e ambientais, assim como fazem os nossos concorrentes nos países ricos?

Raupp: indústria precisa de mais competitividade

Valdir Raupp (PMDB-RO) disse que a indústria de transformação brasileira “atravessa momento delicado” por enfrentar um grande conjunto de fatores negativos, como pesada carga tributária e altas taxas de juros e de câmbio.



Moreira Nantz/Agência Senado

Raupp disse que a indústria tem custos muito altos. Para ele, a infraestrutura, principalmente a de logística, é de má qualidade, e a mão de obra tem baixa capacitação, entre outros problemas e gargalos. O senador considera inegável o avanço do país nos últimos anos, tanto em crescimento econômico quanto em distribuição de renda e melhorias na educação e infraestrutura. Mas deseja que o Brasil avance mais.

— Todo ano sobram recursos do Orçamento por falta de gestão — disse.

Jucá trabalha para ampliar abatimento do superávit

O relator do Orçamento de 2013, Romero Jucá (PMDB-RR), apresentou emenda para a ampliação do abatimento do superávit primário em R\$ 20 bilhões. A intenção de aumentar o limite do abatimento havia sido anunciada quarta-feira pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega. O dinheiro, segundo o senador, deve ser usado para desonerações.



Waldemir Barreto/Agência Senado

— Os governos da presidente Dilma e, antes, do presidente Lula ficaram marcados por desonerações tributárias. Isso é muito importante — afirmou Jucá.

A redução da meta do superávit, que poderia ser de R\$ 45 bilhões, passaria para até R\$ 65 bilhões se a emenda for aprovada. A necessidade da emenda, segundo Jucá, se dá porque a Lei de Responsabilidade Fiscal exige a contrapartida no Orçamento para a desoneração de tributos.

Requião pede unidade latino-americana

Roberto Requião (PMDB-PR) defendeu um plano de desenvolvimento latino-americano. — Estou absolutamente convicto de que fora da unidade latino-americana não há salvação.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Ele citou dados do governo federal mostrando a força da exportação brasileira para América Latina e Caribe em relação aos Estados Unidos, União Europeia e China. Para ele, a origem da dependência econômica do Brasil está no Tratado de Methuen, há 310 anos, pelo qual Portugal e suas colônias, como o Brasil, compravam tecido da Inglaterra, que em troca comprava vinho português. Quando a Inglaterra quis impor tratado semelhante à sua própria colônia, lembrou, o resultado foi a independência dos Estados Unidos e a criação do *Relatório sobre Manufaturas*, pilar do desenvolvimento norte-americano.

Rolleberg apoia ideia de desonerar cesta básica

Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) parabenizou a presidente Dilma Rousseff pela intenção de desonerar os produtos da cesta básica. O senador apresentou proposta semelhante durante a discussão da reforma tributária, quando era deputado federal, e defendeu a desoneração durante a campanha para o Senado.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Citando a Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação (Abia), ele informou que a medida aumentaria o mercado em 5%. Isso criaria 600 mil empregos, o que, por sua vez, ocasionaria aumento de 7% na arrecadação tributária.

— Nenhuma medida será tão importante para a distribuição de renda no país, para a redução das desigualdades regionais e sociais e para o aumento do poder de compra do trabalhador do que a total isenção de impostos da cesta básica.